

VII Colóquio Marx-Engels

GT 4: Economia e política no capitalismo contemporâneo

Novas formulações a velhas mistificações...

Gustavo M. de C. Mello¹

Introdução

Chama a atenção o volume de polêmicas e de mistificações acerca do capitalismo contemporâneo que acabam girando em torno de tal ou qual interpretação da obra de Marx, em detrimento de uma compreensão mais aprofundada acerca da conjuntura que supostamente exprimem. Dogmaticamente, processos sociais que se afiguram como inovadores ou que parecem desafiar a análise teórica frequentemente são traduzidos em querelas em torno de supostas teses sustentadas por Marx. Esse deslocamento de foco por si só denota negligência em relação ao objeto, a qual se revela no caráter descuidado, e por vezes oportunista, da evocação – crítica ou afirmativamente - de categorias e análises marxianas como esteio de explicações “originais” sobre processos “desafiadores”, que redundam num quadro caótico. Não surpreende que a superficialidade da análise empírica e a indigência teórica caminhem juntas... E por vezes, em passo tão acelerado, que singram os mares e se espalham pelos quatro cantos da Terra, na forma de teses da moda e frases de efeito.

A proposta do presente texto é criticar umas poucas mistificações correntes por meio de um exemplo de como se pode criar e difundir falsas querelas, além de obscurecer a compreensão dos processo sociais, ao se mobilizar a teoria marxiana como mero objeto de polêmica. Para tanto, o alvo da crítica não será alguma tese antimarxista; irei, ao contrário - e à guisa de exemplo, deve-se repetir -, remeter a um pequeno artigo de jornal, recém-escrito por um profícuo autor, Slavoj Zizek, um polemicista perspicaz, dono de uma vasta obra, que articula o marxismo à teoria lacaniana, e que hoje cumpre destacado papel como divulgador do marxismo, e, particularmente, como crítico das figuras contemporâneas da ideologia. No entanto, não estão em foco aqui as principais proposições de Zizek, que renderiam ricas discussões, e muito menos o conjunto de sua obra, digna de cuidadoso estudo, mas sim, insistimos, um pequeno e corriqueiro texto de jornal.

Os mistérios de Bill Gates e da burguesia assalariada

O artigo em questão, intitulado “The Revolt of the Salaried Bourgeoisie”, começa com a seguinte indagação: “Como Bill Gates tornou-se o homem mais rico dos EUA?”, à qual Zizek

¹ Doutorando em Sociologia pela FFLCH-USP.

responde, “Gates efetivamente privatizou parte do intelecto geral e enriqueceu apropriando-se da renda que extraiu dessa apropriação” (Zizek, 2012, s/p). No entanto, para seu próprio prejuízo, pretendemos demonstrar, Zizek não busca na tradição marxista uma explicação conceitual para esse processo (que nada tem de novo), pois imagina se tratar de algo inaudito, e também que “a possibilidade de que o intelecto geral fosse algum dia privatizado *jamais foi vislumbrada por Marx em seus escritos sobre o capitalismo (em grande medida porque Marx passou ao largo de sua dimensão social)*” (idem, ibidem).

Com a privatização do intelecto geral, argumenta Zizek, teria havido “a gradual transformação do lucro gerado pela exploração do trabalho em renda apropriada mediante a privatização do conhecimento. Vale o mesmo para os recursos naturais, cuja exploração é um das principais fontes mundiais de renda”, com destaque para o petróleo (idem, ibidem).

Já se insinuam aí os desgastados debates acerca da atual *natureza* da acumulação de capital, articulados à idéia de que estaria em curso uma mudança na substância do valor. E é nesse sentido que o autor prossegue, constatando que “à medida que o papel do intelecto geral – baseado no conhecimento coletivo e na cooperação social – aumenta no *capitalismo pós-industrial*, a riqueza se acumula *fora de qualquer proporção com o trabalho usado para produzi-lo*” (idem, ibidem).

Com essa crescente importância do intelecto geral, “o resultado não é, como Marx parecia esperar, a auto-dissolução do capitalismo, mas a gradual transformação do lucro gerado pela exploração do trabalho em renda apropriada mediante a privatização do conhecimento”, por meio da qual o desenvolvimento das forças produtivas estaria tornando supérflua crescentes parcelas do proletariado. Essa massa alijada do processo produtivo, que “já não está confinada ao ‘exército de trabalho reserva’”,

“hoje inclui vastas categorias de pessoas, dos temporariamente desempregados, passando pelos já não empregáveis e permanentemente desempregados, até os habitantes de guetos e favelas (gente que o próprio Marx várias vezes descartou como ‘*lumpen-proletários*’), chegando, finalmente, a populações inteiras ou estados excluídos do processo capitalista global, como os espaços em branco dos mapas antigos” (idem, ibidem).

Acontece que, junto com a tendência à eliminação do trabalho vivo em termos absolutos, desenvolve-se, sempre segundo Zizek, a “tendência do capitalismo de hoje a se tornar capitalismo gerencial sem uma burguesia”, de tal modo que “*a burguesia no sentido clássico tende assim a desaparecer: os capitalistas reaparecem como um subconjunto de trabalhadores assalariados*” (idem, ibidem). Cabe conferir uma vez mais a maneira como o autor formula a questão; segundo ele,

um novo tipo ideal *começa a emergir hoje*: já não se trata do empreendedor dono da própria empresa, mas do gerente especialista (ou de um conselho de gerência e administração presidido por um presidente executivo) (...). Nesse novo tipo ideal de capitalismo, a *velha*

burguesia, que ficou sem função, é refuncionalizada como gerência assalariada: a *nova burguesia* recebe salários, mesmo que seja proprietária de partes da empresa; e parte de sua remuneração são ações da própria empresa (‘bônus’ pelo ‘sucesso’) (...); longe de estar limitada a gerentes, a categoria dos trabalhadores que ganham salário extra inclui todos os tipos de especialistas, administradores, funcionários públicos, médicos, advogados, jornalistas, intelectuais e artistas (idem, ibidem, grifos meus).

Porém, em sua condição de trabalhadores assalariados, essa nova burguesia teria seus rendimentos determinados exatamente pelo quê? Segundo Zizek, “o processo de avaliação que qualifica alguns trabalhadores a receber ‘salário a mais’ é mecanismo arbitrário de poder e ideologia, sem qualquer vínculo com qualquer competência real; *o salário a mais não existe por razões econômicas, mas por razões políticas: para manter uma “classe média” que garanta a estabilidade social*” (idem, ibidem).

No entanto, devido à crise econômica mundial e à “gradual erosão do lugar econômico privilegiado (politicamente) que sempre foi deles” (idem, ibidem) os estratos mais baixos dessa classe média teriam se tornado um importante elemento condutor e catalisador da onda de protestos que tem varrido o mundo, o que demonstraria que “o próprio sistema capitalista já não é capaz, ele mesmo, de encontrar níveis de estabilidade autorregulada – noutras palavras, *o capitalismo corre o risco de se descontrolar*” (idem, ibidem).

Quantos assuntos distintos e quantas afirmações peremptórias! E todas competindo entre si num texto de meia dúzia de páginas... Sem tratar de todas as questões levantadas, tentemos desatar esse nó por partes, começando pelo tema da “privatização do intelecto geral”.

A badalada noção de intelecto geral (ou de intelecto *social*, ou ainda de *ciência social*), que pouco aparece nas obras marxianas, designa a “situação geral da ciência”, o nível de conhecimento científico de uma dada sociedade, por meio do qual ela se apropria das “forças da natureza” e desenvolve as forças produtivas. O gigantesco poder produtivo da maquinaria, e sobretudo do *sistema automático*, deve-se justamente ao conhecimento científico aplicado à produção, ou “objetivado” nas máquinas, em decorrência da subordinação da ciência à acumulação de capital (cf. Marx, 2011, p. 589). Ao empregar essa noção algo vaga, que não chega a perfazer um conceito propriamente dito, Marx talvez objetivasse sublinhar o fato de que o desenvolvimento científico não é mera obra do “gênio inventor” individual, e tampouco das equipes de P&D, se me permitem o anacronismo. Pelo contrário, com base em conhecimentos acumulados anteriormente, as inovações científicas e tecnológicas, bem como sua aplicação à produção são fruto de um complexo sistema de relações, no interior das quais as novas descobertas devem tanto ao empenho dos cientistas quanto à “corvéia anônima” daqueles que constroem as casas, operam as máquinas, ou limpam as latrinas. Ademais, a referida noção alude ao fato de que, arrancada do seio de relações sociais antagônicas, tal conhecimento

acumulado não seria simplesmente eliminado, mas poderia converter-se efetivamente em patrimônio comum, a ser mobilizado de modo consciente e planejado pela coletividade, em seu próprio benefício.

Isso não invalida as análises marxianas acerca de como o capital “... conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela” (Marx, 2011, p.589), e de como “a *invenção se torna um negócio, e a aplicação da ciência na própria produção direta torna-se uma perspectiva que a determina e solicita*” (idem, ibidem, p.587), processo que ensejou o surgimento de um *modo de produção especificamente capitalista*, no qual o capital encontra na maquinaria a “forma material” (ou o “valor de uso”) adequada à sua existência, no âmbito da produção imediata (cf. idem, ibidem, p.583). Do mesmo modo, a noção de intelecto geral tampouco contradiz o fato de que a produção do conhecimento científico está implicada em relações de dominação e na reprodução das clivagens sociais típicas da formação social capitalista. Por fim, e não obstante, a noção de intelecto geral não joga por terra as teorizações de Marx acerca do movimento totalizador e totalitário do capital (idem, 2011, p.60), que tudo subsume de modo voraz, por meio de uma apropriação mais ou menos violenta, para depois plasmar à sua imagem e semelhança; movimento este, deve-se enfatizar, que é uma característica distintiva desse modo de produção (idem, 1973, p.91-2).

Em suma, se não bastam as incontáveis passagens acerca da maneira como o capital subordina à forma mercadoria e insere no processo de acumulação os recursos naturais, a força de trabalho, os meios de produção, e mesmo aquilo que não possui valor, como a terra intocada, os sentimentos e as virtudes, etc., no mesmo lugar em que encontrou a noção de intelecto geral, Zizek poderia ter lido que

“... na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. A força produtiva da sociedade é medida pelo *capital fixo*, existe nele em forma objetiva e, inversamente, *a força produtiva do capital se desenvolve com esse progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente*” (Marx, 2011, p.582, grifos meus).

Eis aí, novamente, a “privatização” do intelecto geral que Marx jamais teria imaginado, e muito menos analisado... Em suma, haveria interesse teórico não na constatação da “privatização do intelecto geral”, mas sim na investigação sobre o caráter específico que ela assume na contemporaneidade. Nesse sentido, poder-se-ia destacar o conceito de acumulação por espoliação, de David Harvey, que visa não só os processos de expulsão de camponeses de suas terras e de destruição de modos “autóctones” de produção e distribuição, mas também os mecanismos concernentes à difusão das patentes, ao licenciamento de materiais genéticos, à biopirataria, à “transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade

intelectual”, à “corporativização e privatização de bens até agora públicos”, como a previdência e o sistema de saúde; à promoção de desvalorizações “controladas”, de modo a rebaixar preços de ativos em certos setores e regiões; à deflagração de “guerras de rapina”, bem como os processos fraudulentos e predatórios relacionados ao sistema de crédito e ao capital financeiro (2004, p.121-4). E do mesmo modo, as análises de Marx acerca da subsunção real do trabalho ao capital são aqui de enorme valia, e particularmente a reflexão sobre como tal subsunção logrou avançar sobre atividades que resistiam à subordinação do capital, em função de sua própria natureza material (Cf. o capítulo 13 de Marx, 1996b; idem, 2011, p. 578-591; idem, 1978, p.56-74). Diga-se de passagem, sob essa luz as proposições de Negri e Cia. sobre o trabalho imaterial, que se encontram no coração de suas análises sobre o capitalismo hodierno, e que Zizek em parte aprova em seu artigo, revelam-se mera verborragia ideológica, na contramão do processo histórico². Porém essas questões devem ser esmiuçadas noutro lugar, permanecendo neste texto apenas indicadas.

No artigo de Zizek, o tema do intelecto geral está diretamente associado à suposta transformação progressiva do lucro em renda. Ressoam aqui ecos de teses amplamente difundidas nos últimos anos, como a dos “cercamentos” contemporâneos de Perelman, da “sociedade do acesso” de Rifkin, afora as peripécias teóricas de Negri e de seus colaboradores, já mencionadas, e de toneladas de entulho ideológico, amplamente veiculadas, acerca do “capitalismo cognitivo”, da “sociedade da informação” ou do “conhecimento”, e assim por diante. Deve-se recordar aqui as arqui-conhecidas análises de Marx acerca do processo de mistificação da mais-valia na forma de lucro, e de re-distribuição do lucro entre o conjunto da classe capitalista, nas formas igualmente mistificadas de lucro comercial, renda da terra e juros. Trata-se, portanto, de *repartição* da mais-valia ou do lucro, e não de alguma espécie de *transubstanciação*. Em relação ao “rentismo” que preocupa Zizek neste artigo, são bastante elucidativas as análises de Marx acerca das modalidades da renda da terra (absoluta, diferencial e de monopólio), e da maneira como se produz o “sobrelucro”. Em particular, cabe destacar as proposições sobre a maneira como a produção agrícola é excluída da formação do lucro médio, e assim, graças à especificidade desse ramo produtivo e à própria existência da propriedade fundiária, o preço de mercado se eleva acima do preço de produção, constituindo uma diferença que é apropriada pelo dono da terra na forma de renda (cf. idem, 1986, p.219 e p.225). Outra teorização importante concerne à possibilidade de se estipular preços de monopólio, em função de alguma característica especial da mercadoria produzida ou do meio de produção, bem como de sua relativa escassez (cf. idem, *ibidem*, p.237-238; e idem, 1980, p.471). No que tange à

² Sobre o caráter fetichista das teorias de Hardt, Negri, e também de André Gorz, sobre o trabalho imaterial, cf. Prado, 2005.

tendência do capital a buscar lucros extraordinários por meio de inovações tecnológicas, organizativas, dentre outras, que conduzam ao aumento da produtividade do trabalho e à redução de custo de produção, pode-se remeter a um trecho de *O Capital* em que se lê que o sobrelucro se forma quando do emprego de “melhores métodos de trabalho, novas invenções, máquinas aperfeiçoadas, segredos químicos de fabricação etc., em suma, meios de produção e métodos de produção que estão acima do nível médio” (idem, 1986, p.144). No entanto, tais vantagens só duram enquanto não se generalizarem, e daí a importância das patentes, do segredo industrial, e de diversos mecanismos que impeçam a difusão das inovações.

O *rentismo especificamente capitalista*, por conseguinte, foi teorizado pelo próprio Marx. Não obstante, novamente seria oportuno e mesmo necessário considerar as particularidades desse processo na contemporaneidade, as quais não parecem residir numa - tantas vezes anunciada - mudança na natureza da riqueza abstrata, como quer Zizek. Em sustentação a tal tese, o autor constata que “os próprios trabalhadores estão se tornando supérfluos”, repetindo assim o bordão de Kurz e de seus colaboradores, anunciadores do “fim do trabalho” e da crise definitiva do capitalismo (cf, Kurz, 1992, p.74 e p.205).

O ponto de partida dessas teses é a teorização de Marx acerca da tendência à negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, no bojo da tendência ao aumento da composição orgânica. No entanto, Marx demonstra que a expulsão de amplas massas de trabalhadores de determinadas categorias em determinados ramos produtivos pode ser compensada – e mais que compensada - com a criação de outras funções no mesmo ou noutros ramos produtivos, em distintas localidades (Marx, 1994, p.109). Por outro lado, de acordo com a formulação de Marx, o conceito de “exército industrial de reserva” não exclui que parcelas da população trabalhadora permaneçam “inimpregáveis”, e mesmo que sejam aniquiladas pela miséria (cf. idem, 1996b, p.260-77, idem, 1980, p.994). Em todo caso, como desprezar o expressivo aumento do proletariado mundial nas últimas décadas, com a incorporação de centenas de milhões de trabalhadores (e sobretudo *trabalhadoras*) ao chamado “mercado de trabalho”, em atividades *estritamente produtivas*? É preciso muita cegueira eurocêntrica para ignorá-lo...

Em todo caso, persistiria o incremento da “monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado, e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido a uma pura abstração e o poder do processo de produção que ele vigia” (Marx, 2011, 588). Segundo a perspectiva sustentada nos *Grundrisse*, a explicitação dessa tendência seria decisiva para a organização dos trabalhadores em classe, e para a superação da forma-capital. Nesse sentido, é descabido afirmar que Marx previa a simples “auto-dissolução” do capitalismo, concepção que tornaria sem sentido todo seu empenho como militante e teórico anti-capitalista.

Considerar que o capital é a “contradição em processo” e que os limites do modo de produção capitalista residem no próprio capital não implica que sua superação – em direção a uma sociedade comunista - será um simples resultado automático de seu próprio evoluir histórico.

Como se viu, a tese da crescente superfluidade dos trabalhadores é acompanhada pela tese acerca da superação de uma “velha burguesia” por uma “burguesia assalariada”. Zizek evidentemente supõe que a “burguesia” em seu sentido clássico se caracteriza por articular propriedade com administração dos meios de produção. Acontece que, por um lado, o conceito de burguesia (trata-se propriamente, de um conceito) é um tanto mais complexo que isso, envolvendo, por exemplo, e grosso modo, todo um conjunto (por vezes conflituoso) de interesses, tradições, costumes, hábitos, valores, mas também a sua organização em classe para si por meio do Estado e a sua condição de personificação do capital e de antagonista à classe trabalhadora. A despeito dessa complexidade, e do fato de que a função de comando e direção no interior da produção dimana não de exigências puramente técnicas, mas também da forma social que as recobre, tem-se que a condição de capitalista funcionante e de gestor direto da produção não é uma determinação essencial da burguesia enquanto classe. Muito pelo contrário, desde os primórdios do capitalismo a tendência predominante é a da separação entre propriedade e gestão; num trecho de *O Capital* acerca da “cooperação simples” (!) lê-se que:

“como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, *tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados (...)*. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva” (Marx, 1996a, p.448).

Assim que o capitalismo se “ergue sobre seus próprios pés”, a separação entre propriedade e administração da produção se generaliza, efetivando-se de modo mais acabado nas sociedades anônimas, produto e motor do processo de centralização e concentração de capital, do desenvolvimento da grande indústria e do moderno sistema de crédito. Logo, há 150 anos Marx concebia as grandes corporações por ações como a forma industrial dominante; algumas décadas depois, essa constatação era repetida, por exemplo, por Keynes (1978, p.122), e por mais um sem-número de autores ao longo do século XX, com destaque para apologistas anti-marxistas, como Ralf Dahrendorf (1988). A julgar pelo texto de Zizek, e a despeito de sua extemporaneidade, essa cantilena deve continuar ressoando.

Em todo caso, novamente há de se lamentar que Zizek desconsidere aqui tanto as análises de Marx acerca das classes sociais, que compõe um quadro nada simplório e estático, indissociável da atuação efetiva de tais classes no interior das lutas que travam entre si, quanto os debates que se estabeleceram ao redor do tema dos gestores e da classe média no interior do(s) marxismo(s), e mesmo fora dele.

A noção de “salário extra”, distintiva da “nova burguesia” identificada por Zizek, remete aos temas do “salário de superintendência” e da “ilusão do ganho empresarial” (cf. Marx, 1984, p.284). De fato o trabalho efetivo implicado na gestão empresarial é um trabalho produtivo, e objetiva mais-valia (cf. Marx, 1980, p.87; Marx, 1984, p.286-8), mas nem por isso o *CEO* e os membros das equipes gestoras das corporações se tornam meros trabalhadores assalariados. Por outro lado, aqueles incluídos por Zizek na categoria de classe média realizam trabalhos socialmente determinados como “complexo”, e por esse motivo percebem maiores rendimentos, estando ou não devotados à atividades geradoras de mais-valia. Como Marx enfatiza numa conhecida nota de rodapé (Marx, 1996a, p.315), a determinação do trabalho simples e dos trabalhos complexos envolve costumes, tradições, capacidade de mobilização de tal ou qual categoria, fatores contingentes, dentre outros. Nem por isso, a dimensão estritamente convencional dessa determinação esgota a questão.

Em todo caso, e muito mais importante, seria temerário considerar que os atuais levantes *populares* são conduzidos apenas pelos estratos inferiores da “burguesia assalariada”, assim como identificar nesse tipo de sublevação, bastante comuns na história do capitalismo, como sinais de sua derrocada ou de seu descontrole absoluto.

Em suma, se nesse texto Zizek não teve o mérito da originalidade, sem dúvida ele se destacou pela capacidade de amalgamar, num espaço tão curto, um impressionante conjunto de teses provocadoras, e em sua maioria, disparatadas. Um feito dispensável, sobretudo num contexto em que viceja a confusão teórica e a desorientação política.

Referências Bibliográficas

- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KEYNES, J.M. “O fim do ‘laissez-faire’” (1926). In: *Keynes*. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1978.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.
- MARX, *Capítulo Sexto Inédito de O Capital*. Porto: Publicações Escorpião, 1978.
- _____. “Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)”. In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I e Tomo II, 1996a e 1996b, respectivamente.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo V, 1986.
- _____. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PRADO, E.F.S. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- ZIZEK, S. “The Revolt of the Salaried Bourgeoisie”. Disponível em <http://www.lrb.co.uk/v34/n02/slavoj-zizek/the-revolt-of-the-salaried-bourgeoisie>, s/p. Acessado em: 12/01/2012.